



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA – LICENCIATURA**

**O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS: ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E O  
DIREITO A CIDADE.**

**JIM ARTIE ROQUETTE VALENTE**

Foz do Iguaçu  
2025

**O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS: ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E O  
DIREITO A CIDADE.**

**JIM ARTIE ROQUETTE VALENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Rita Uhle

Foz do Iguaçu  
2025

JIM ARTIE ROQUETTE VALENTE

**O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS: ENTRE A MERCANTILIZAÇÃO E O  
DIREITO A CIDADE.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em História.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)  
UNILA

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

---

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)  
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Dedico este trabalho a *triple frontera*.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas e acontecimentos que cruzaram meu caminho até aqui — sejam eles bons ou ruins, maravilhosos ou devastadores. Cada uma de minhas experiências e cada encontro vivido, com as mais diversas pessoas, contribuíram, à sua maneira, para a construção de quem sou e da trajetória que me trouxe até este trabalho.

Em meio a tudo isso, faço uma ressalva para um agradecimento que se destaca entre tantos outros. Gostaria de agradecer a minha mãe por ser quem é e por tudo que fez e faz por mim.

*Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não  
fazer o papel de ingênuo.*  
**Jacques Le Goff**

## RESUMO

Localizada no extremo oeste do Paraná, a cidade de Foz do Iguaçu integra a Tríplice Fronteira — Brasil, Argentina e Paraguai. Por vezes, conforme critica Souza (2009), esta é apresentada enquanto portadora de uma vocação turística inata, condição que molda os modos de ocupação, organização e interação com o território. Apesar de seu crescente protagonismo turístico, são escassas as políticas voltadas para a valorização das memórias locais e a salvaguarda patrimonial acima do viés mercadológico que condiciona a cidade a uma lógica de consumo. Essa ausência evidencia uma tensão entre a turistificação do espaço urbano e a salvaguarda das memórias locais e os usos sociais da cidade. Neste contexto, observa-se uma lacuna importante na produção acadêmica sobre a cidade: ainda são poucos os estudos voltados à análise crítica dos patrimônios e das memórias na Tríplice Fronteira, especialmente no que se refere ao Marco das Três Fronteiras brasileiro. Apesar de recentes iniciativas do poder público, como as ações do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (CEPAC), a política de memória segue incipiente e desarticulada. Soma-se a isso a precariedade das condições de conservação e acesso à documentação histórica da cidade, dificultando a construção de uma memória local. Em vista disso, o trabalho objetiva analisar como a configuração atual do espaço do Marco das Três Fronteiras influencia seu usufruto pelos visitantes, especialmente diante de sua atual concepção como parque temático. O espaço será analisado a partir da perspectiva de monumento documento (Le Goff, 2013) e seu uso a partir dos conceitos explorados em direito à cidade (Lefebvre, 2001). Conclui-se que a concessão do Marco das Três Fronteiras à iniciativa privada resultou na transformação de um espaço público, antes aberto, em um parque temático voltado ao consumo turístico. Essa reconfiguração evidencia a subordinação do valor de uso ao valor de troca, em consonância com a crítica de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade. Observou-se que as práticas cotidianas e as memórias locais foram progressivamente deslocadas por uma lógica mercantil, centrada na oferta de experiências consumíveis. Entretanto, a efetiva preservação de sua dimensão histórica e simbólica exige uma abordagem integrada entre o material e o imaterial, que considere os modos de vida, memórias e vozes dos sujeitos que constituem o espaço.

**Palavras-chave:** Marco das Três Fronteiras; Foz do Iguaçu; tríplice fronteira; patrimônio cultural municipal.

## RESUMEN

Ubicada en el extremo oeste del estado de Paraná, la ciudad de Foz do Iguazú forma parte de la Triple Frontera — Brasil, Argentina y Paraguay. Con frecuencia, conforme critica Souza (2009), esta es presentada como portadora de una vocación turística innata, condición que da forma a los modos de ocupación, organización e interacción con el territorio. A pesar de su creciente protagonismo turístico, son escasas las políticas orientadas a la valorización de las memorias locales y a la salvaguardia del patrimonio más allá del sesgo mercadológico que condiciona la ciudad a una lógica de consumo. Esta ausencia evidencia una tensión entre la turistificación del espacio urbano y la preservación de las memorias locales y los usos sociales de la ciudad. En este contexto, se observa una importante carencia en la producción académica sobre la ciudad: aún son pocos los estudios dedicados al análisis crítico de los patrimonios y memorias en la triple frontera, especialmente en lo que se refiere al Marco das Três Fronteiras brasileño. A pesar de recientes iniciativas del poder público, como las acciones del Consejo Municipal de Patrimonio Cultural (CEPAC), la política de memoria sigue siendo incipiente y desarticulada. A ello se suma la precariedad de las condiciones de conservación y acceso a la documentación histórica de la ciudad, lo que dificulta la construcción de una memoria local. En consideración a esto, el presente trabajo tiene como objetivo analizar cómo la configuración actual del espacio del Marco das Três Fronteiras influye en su usufructo por parte de los visitantes, especialmente frente a su actual concepción como parque temático. El espacio será analizado desde la perspectiva de monumento-documento (Le Goff, 2013) y su uso a partir de los conceptos explorados en el derecho a la ciudad (Lefebvre, 2001). Se concluye que la concesión del Marco das Três Fronteiras al sector privado resultó en la transformación de un espacio público, antes abierto, en un parque temático orientado al consumo turístico. Esta reconfiguración evidencia la subordinación del valor de uso al valor de cambio, en consonancia con la crítica de Henri Lefebvre sobre el derecho a la ciudad. Se observó que las prácticas cotidianas y las memorias locales fueron progresivamente desplazadas por una lógica mercantil, centrada en la oferta de experiencias consumibles. No obstante, la efectiva preservación de su dimensión histórica y simbólica exige un abordaje integrado entre lo material y lo inmaterial, que considere los modos de vida, las memorias y las voces de los sujetos que constituyen el espacio.

**Palabras clave:** Marco das Três Fronteiras; Foz do Iguazú; tríplice frontera; patrimonio cultural municipal.

## ABSTRACT

Located in the westernmost region of Paraná, the city of Foz do Iguazu is part of the triple frontier — Brazil, Argentina and Paraguay. The city is often portrayed as possessing an innate touristic vocation, a notion criticized by Souza (2009), which shapes the ways of occupation, organization, and interaction with the territory. Despite its growing touristic prestige, there is a lack of policies aimed at valuing local memories and safeguarding heritage beyond the market bias that conditions the city to a logic of consumption. This absence highlights a tension between the touristification of urban space and the safeguarding of local memories and the social uses of the city. In this context, a significant gap is observed in the academic production on the city: there are still few studies focused on the critical analysis of heritage and memory in the triple frontier, especially regarding the Brazilian landmark called Marco das Três Fronteiras. Despite recent initiatives by the city government, such as the actions of the Municipal Council for Cultural Heritage (CEPAC), memory policies remain incipient and uncoordinated. Added to this is the delicate condition of conservation and access to the city's historical documentation, hindering the construction of a local memory. In view of this, the work aims to analyze how the current configuration of the landmark Marco das Três Fronteiras influences its usufruct by visitors, especially given its current conception as a theme park. The space will be analyzed from the perspective of monument-document (Le Goff, 2013) and its use through the concepts explored in the right to the city (Lefebvre, 2001). It is concluded that the concession of the landmark Marco das Três Fronteiras to the private sector resulted in the transformation of a previously open public space into a theme park aimed toward touristic consumption. This reconfiguration reveals the subordination of use value to exchange value, aligned with Henri Lefebvre's critique of the right to the city. It was observed that everyday practices and local memories have been progressively displaced by a market logic centered on the provision of consumable experiences. However, the effective preservation of its historical and symbolic dimension requires an integrated approach between the material and the immaterial, which takes into account the ways of life, memories, and voices of the subjects who constitute the space.

**Key words:** Marco das Três Fronteiras; Foz do Iguazu; triple frontier; municipal cultural heritage.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Vista do Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu	<b>16</b>
<b>Figura 2</b> - Vista atual da entrada do Marco das Três Fronteiras com alterações na paisagem	<b>17</b>
<b>Figura 3</b> - A entrada	<b>18</b>
<b>Figura 4</b> - Exposições de arte guaranítica e do filme “A Missão”, localizadas no salão de entrada	<b>18</b>
<b>Figura 5</b> - Saguão da bilheteria e entrada para o parque temático pela loja	<b>19</b>
<b>Figura 6</b> - A primeira praça	<b>19</b>
<b>Figura 7</b> - Estátuas sem identificação	<b>20</b>
<b>Figura 8</b> - Placas da primeira praça	<b>21</b>
<b>Figura 9</b> - A segunda praça, ou praça principal, com o obelisco e a praça de alimentação	<b>22</b>
<b>Figura 10</b> - Espaço para fotos e playground	<b>23</b>
<b>Figura 11</b> - Restaurante Cabeza de Vaca e estatua da lenda das cataratas	<b>23</b>
<b>Figura 12</b> – Mapa do território litigioso entre Brasil e Argentina (em cinza) e proposta da divisão. A linha pontilhada representa o Tratado Bocaiúva-Zebalos (1890)	<b>27</b>
<b>Figura 13</b> – Mapa Gobernación de Misiones, 1888	<b>29</b>
<b>Figura 14</b> – Fotografias do Obelisco, 1930	<b>31</b>
<b>Figura 15</b> – Rebeldes paulistas e gaúchos na fronteira com o Paraguai e a Argentina formam a Coluna Prestes. Foto tirada em Foz do Iguaçu, onde as Colunas Miguel Costa e Prestes se encontraram	<b>32</b>
<b>Figura 16</b> – As tropas revolucionárias ocupam Foz do Iguaçu	<b>33</b>
<b>Figura 17</b> – Gilvan e os filhos no Marco das três Fronteiras - já aparece a primeira lanchonete e lojinha da família nos fundos	<b>35</b>
<b>Figura 18</b> – Marco como o ‘quintal de casa’ para os filhos de Gilvan e Maria Claudina	<b>36</b>
<b>Figura 19</b> – Vila de entretenimento cidade cenográfica das Missões Jesuíticas imagem projeto conceitual	<b>38</b>
<b>Figura 20</b> – Espaço das Américas à noite - revitalização total da instalação - imagem projeto conceitual	<b>39</b>
<b>Figura 21</b> – Propaganda do Marco das Três Fronteiras Brasileiro em outdoor a frente do obelisco argentino	<b>41</b>
<b>Figura 22</b> – Visitação Marco das Três Fronteiras entre 2023 a 2025	<b>44</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 ENTRE LINHAS, PEDRAS E BILHETERIAS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS</b>	<b>16</b>
2.1 O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS COMO DOCUMENTO-MONUMENTO	24
2.2 DAS LINHAS IMAGINÁRIAS AO MARCO DE PEDRA: A HISTÓRIA DA DELIMITAÇÃO FRONTEIRIÇA ANTES DE 1903	26
2.3 DO ESQUECIMENTO A TURISTIFICAÇÃO: A HISTÓRIA DO MARCO DURANTE O SÉC. XX ATÉ 2025	33
<b>3 O MARCO COMO MERCADORIA E O DIREITO À CIDADE</b>	<b>41</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>48</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao desaguar no Rio Paraná, o Rio Iguaçu atinge a sua Foz, e é neste território — neste entrelace de águas grandes<sup>1</sup> — que emerge a cidade brasileira localizada no extremo oeste do Estado do Paraná: Foz do Iguaçu. Uma cidade que carrega em seu próprio nome a marca de sua geografia. Mais do que o encontro de caudalosos rios, esse espaço se configura como uma região de fronteiras, um lugar de travessias e contornos fluidos, onde Brasil, Argentina e Paraguai se encontram, formando a chamada Tríplice Fronteira.

Ao longo de sua história, Foz do Iguaçu consolidou-se como um destino turístico internacional, impulsionada, sobretudo, pela grandiosidade das Cataratas do Iguaçu — uma das maiores quedas d'água do mundo — e pela monumental Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional<sup>2</sup>. Em consonância com Aparecida Darc de Souza (2009), pode-se dizer que esta é uma cidade construída a partir da ideia de ser portadora inata de sua vocação turística. “Absolutamente tudo parece girar em torno dessa atividade. As ocupações, os espaços, os monumentos e a própria história são apresentados como se estivessem, inevitavelmente, articulados a esta função” (Souza, 2009, p. 9).

Embora busque consolidar-se como destino turístico global — o que se atesta por iniciativas como a marca “Foz do Iguaçu Destino do Mundo” (Galante, 2024) —, a cidade carece de políticas patrimoniais que valorizem memórias locais para além do viés mercadológico. Essa contradição, entre espetáculo turístico e memória coletiva, é o pano de fundo deste trabalho. Em suma, a ênfase na projeção internacional não se desdobrou em políticas públicas efetivas de salvaguarda da memória local e garantia do usufruto do espaço pela população local, o que gerou uma assimetria entre a exploração mercadológica de monumentos e a preservação de narrativas históricas fundamentais.

É verdade que, recentemente, observa-se uma movimentação em prol da memória e do patrimônio municipal, materializada nas ações do Conselho Municipal de

---

<sup>1</sup>A palavra *foz* designa o ponto de encontro das águas, enquanto *Iguaçu* tem origem no tupi-guarani e significa “água grande”.

<sup>2</sup>Para um aprofundamento crítico sobre os discursos que envolvem as Cataratas do Iguaçu, seu contexto de apropriação pelo ser humano e a transformação da natureza em território, recomenda-se a obra de Cezar Karpinski, *Navegação, cataratas e hidrelétricas: discursos e representações sobre o Rio Iguaçu (Paraná, 1853-1969)*, especialmente o capítulo 2, *O Rio Iguaçu e o “espetáculo” das cataratas*. De forma semelhante, a Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional consolidou-se como símbolo de destaque na cidade e na região, mas também demanda uma leitura crítica que considere os discursos atuais à luz de sua história de construção e dos impactos decorrentes. Sobre este aspecto, destaca-se a obra de Juvêncio Mazzarollo, *A Taipa da injustiça*. Assim, ainda que o presente trabalho recorra a adjetivações que reforçam a imagem de “maravilhas” — naturais ou construídas —, reconhece-se que tais espaços possuem camadas de complexidade que extrapolam as narrativas atuais que os involucram, recomendando-se as leituras acima para aprofundamento.

Patrimônio Cultural (CEPAC). Como registrou o jornal *GDia*: “Foz do Iguaçu já possui nove bens aprovados para tombamento” (23 jan. 2025). No entanto, esse processo político ainda é incipiente — um broto que começa a romper o solo, mas cujas raízes ainda não consolidaram a estrutura necessária para sustentar uma política de memória robusta e duradoura.

Dessa forma, compreende-se que a cidade desenvolveu uma relação paradoxal com seu patrimônio: enquanto se projeta internacionalmente como polo de atração turística, avança a passos lentos na preservação de sua memória local. Os estudos sobre patrimônio e memória na Tríplice Fronteira ainda são escassos, especialmente no que diz respeito às disputas de memória em espaços turistificados.

Neste contexto, a presente pesquisa se propõe a contribuir com uma lacuna ainda pouco explorada na produção acadêmica: a escassez de estudos sobre patrimônio e memória na região da Tríplice Fronteira, em especial no que diz respeito ao Marco das Três Fronteiras brasileiro. A relevância desta investigação reside também em seu compromisso com a valorização das memórias construídas por moradores da cidade, muitas vezes invisibilizadas nos processos de turistificação do espaço e na produção de narrativas/histórias oficiais.

Desta forma, o recorte espacial desta pesquisa está centrado no espaço do Marco das Três Fronteiras, localizado em território brasileiro<sup>3</sup>, situado em Foz do Iguaçu (PR), sem desconsiderar, contudo, as dinâmicas transfronteiriças que influenciam sua constituição. Por sua vez, o recorte temporal situa-se no tempo presente, compreendendo o período entre outubro de 2023 — quando se deu a primeira visita do autor ao Marco das Três Fronteiras com fins investigativos — e julho de 2025, data da última visita investigativa do espaço. No entanto, para compreender os significados atuais atribuídos a este espaço, faz-se necessário retomar aspectos de sua trajetória histórica, com ênfase nas transformações materiais e de narrativas que redefiniram seu caráter: de marco geopolítico a produto turístico.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como a configuração do espaço do Marcos das Três Fronteiras influencia o modo como ele é usufruído pelas pessoas, confrontando sua atual concepção enquanto parque temático. Em função disso, entendem-se os seguintes objetivos específicos e suas respectivas metodologias: a) analisar a composição do espaço do Marco das Três Fronteiras brasileiro, concomitante à análise de como as pessoas

---

<sup>3</sup>Cabe lembrar que existem, no total, três obeliscos localizados nas fronteiras de Brasil, Paraguai e Argentina, todos conhecidos como Marco das Três Fronteiras ou *Hito Tres Fronteras*. Cada um desses marcos está situado no território de um dos três países. A escolha pelo Marco brasileiro se deve aos limites da pesquisa, que impossibilitaram uma análise comparativa mais ampla. Ainda assim, é relevante destacar que os obeliscos brasileiro e argentino foram concebidos de forma articulada, ao passo que o obelisco paraguaio — de formato distinto — foi construído posteriormente.

usufruem este espaço. Para isso foram realizadas pesquisas de campo orientadas pela observação participante, com anotações, gravações de áudio, registros fotográficos e elaboração de planta baixa; b) historicizar o espaço para resgatar as transformações sofrida por este, mediante pesquisa bibliográfica e documental, incluindo o levantamento de notícias, blogs, fotografias e outros registros disponíveis; c) investigar quais pessoas visitam este espaço, a partir de dados qualitativos e quantitativos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, com o intuito de compreender quem está usufruindo deste espaço; d) realizar uma análise comparativa e crítica com base nas informações levantadas nas etapas anteriores, buscando compreender os sentidos atribuídos ao espaço e os efeitos da sua configuração

De antemão, vale ressaltar que, a pesquisa documental realizada para este trabalho foi, em grande parte, limitada às fontes acessíveis online — como blogs, sites de notícias, sites institucionais de promoção ao turismo e do município e acervos digitais de bibliotecas. Isso se deu pelas dificuldades concretas enfrentadas ao tentar acessar arquivos físicos. Foz do Iguaçu, até o presente momento, carece de um espaço adequado para o acondicionamento, a classificação e a consulta pública de sua documentação histórica. Os poucos arquivos encontrados estão hoje esquecidos em uma sala da Biblioteca Pública Municipal Elfrida Engel. Ao conversar com pessoas que trabalham nesse espaço público, ficou evidente o desejo de ver essa documentação organizada e acessível. No entanto, como relatado por eles, falta equipe, infraestrutura e políticas públicas voltadas à preservação da memória local. Soma-se a isso a descentralização dos arquivos relacionados à cidade, que muitas vezes se encontram em instituições de outras cidades como Cascavel, Londrina, Curitiba ou mesmo no Rio de Janeiro. Essa dispersão documental reflete o modo como Foz do Iguaçu, embora fronteira e estratégica, foi historicamente tratada como periférica — sua história sendo constantemente colocada como apêndice de narrativas construídas a partir de outros centros políticos.

Nesse contexto, este trabalho também se posiciona como uma busca por uma história com centralidade local. Que possamos tomar nossa história como nossa, reconhecer sua centralidade, e lutar para que ela seja contada não como nota de rodapé, mas como narrativa principal. Que o gesto de pesquisar e registrar motive a criação de políticas de preservação e de acesso aos arquivos locais, e inspire outras pessoas a reivindicar o direito à memória.

Entre os autores que fundamentam este trabalho, destaca-se Jacques Le Goff (2013), cuja reflexão sobre a relação entre memória, história e representação do passado é

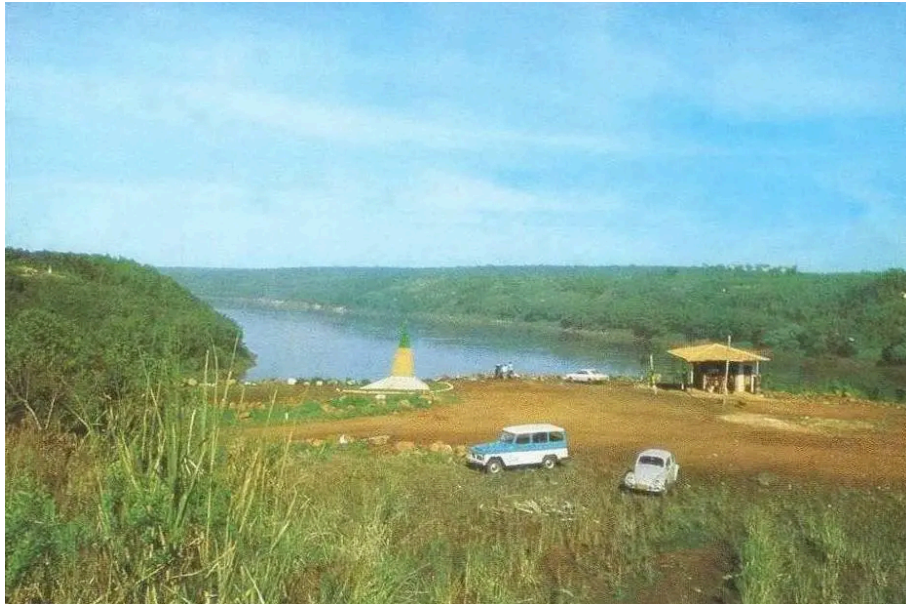
essencial para compreender o Marco das Três Fronteiras como um documento-monumento. Para o autor, os vestígios que permanecem não são simples resquícios do tempo, mas construções marcadas por escolhas políticas, sociais e culturais, continuamente reinterpretadas. Essa perspectiva permite problematizar o Marco das Três Fronteiras não como uma relíquia neutra da história, mas como um palimpsesto temporal — um espaço no qual diferentes camadas de memória e poder se sobrepõem, exigindo do pesquisador um olhar atento às ausências, silenciamentos e ressignificações inscritas em sua materialidade.

Outra referência central para este trabalho é Henri Lefebvre (2001), que desenvolve uma análise crítica da urbanização moderna e contribui para compreender as transformações do espaço urbano como resultado das lógicas capitalistas de produção. Isso, pois, ao analisar os efeitos da industrialização sobre os espaços urbanos. Lefebvre observa que a cidade moderna deixou de ser um espaço centrado na vida política, na convivência ou na produção artesanal, tornando-se progressivamente subordinada às exigências da produção capitalista e da acumulação de riquezas. A partir disso, ele desenvolve categorias fundamentais como valor de uso e valor de troca, evidenciando a tensão entre a função social dos espaços e sua mercantilização no contexto urbano. Essa lógica culmina na subordinação do valor de uso ao valor de troca, transformando espaços de convivência e cultura em mercadorias voltadas à especulação e lucro. Em oposição a essa lógica, Lefebvre propõe o direito à cidade como reivindicação fundamental do espaço urbano, defendendo que sua produção e apropriação devem estar a serviço das necessidades sociais e da vida cotidiana, e não apenas do capital. Essa perspectiva permite analisar criticamente como o Marco das Três Fronteiras é transformado em mercadoria, esvaziando ou subordinando seus possíveis usos sociais, históricos e culturais.

Por fim, o presente trabalho busca corroborar com a construção de debates historiográficos sobre memória e patrimônio em espaços de fronteira, em especial a Tríplice Fronteira — Brasil, Argentina e Paraguai — que por muitas vezes é relegada ao esquecimento historiográfico. Pretende-se incentivar o debate histórico a partir da realidade deste espaço e não apenas visando a construção de uma narrativa que corrobore para a construção e manutenção de uma cidade turística, que primeiramente se preocupa com o turista e relega seus habitantes, promovendo assim uma discussão sobre o papel dos espaços patrimoniais e da cidade.

## 2 ENTRE LINHAS, PEDRAS E BILHETERIAS: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS

**Figura 1** – Vista do Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu



Fonte: Blog Marco das 3 Fronteiras (2024). Disponível em: <https://marcodastresfronteiras.com.br/blog/neste-sabado-dia-20-de-julho-o-marco-das-3-fronteiras-completa-121-anos/>. Acesso em: 14 de mar. 2025.

A imagem acima, uma fotografia, possivelmente entre os anos 1960 e 70, anterior à atual conformação do espaço, mostra o que um visitante encontrava ao chegar: a vastidão do horizonte, o encontro dos rios, a vegetação abundante e os obeliscos — que simbolizavam, primeiramente, a fronteira entre Brasil e Argentina<sup>4</sup>. Era a paisagem, mais do que qualquer estrutura, que delimitava esse lugar. A própria vista constituía a experiência: a abertura, o vento, o som das águas e a mata compunham uma percepção sensorial ampla, de presença junto à natureza, a foz do rio Iguaçu, aos marcos simbólicos e o encontro da tríplice fronteira. Com o tempo, esse cenário foi ganhando novos contornos.

Hoje, ao chegar ao mesmo lugar, o visitante é recebido por outras camadas de construção e narrativa. A vegetação e os rios, antes protagonistas, são agora pano de fundo — e muitas vezes nem sequer visíveis a partir dos primeiros pontos de acesso. A experiência

---

<sup>4</sup>Isso porque, como será elucidado mais a frente, os obeliscos brasileiro e argentino foram construídos em consonância como resolução de um litígio sobre os territórios destas nações. O marco paraguaio foi construído posteriormente, em 1961. Ainda que também tenha sido erguido como forma de apreciação à soberania nacional, este integra atualmente o conjunto dos marcos das três fronteiras, contudo não tinha relação direta com o litígio territorial dos outros dois países. Vale ressaltar que se supõe a data da foto a partir das construções presentes no espaço brasileiro, assim como pelos automóveis, infelizmente, pela qualidade da foto da época não se consegue constatar se o marco paraguaio já estaria erguido.

da paisagem foi sendo gradualmente substituída por uma sucessão de estruturas que anunciam e organizam a visita: portões temáticos, bilheterias, lojas e cenários cuidadosamente produzidos. Como se vê na fotografia da esquerda da figura 2, feita a partir do final do estacionamento, mesmo ali o rio aparece apenas como um fragmento entre tapumes metálicos, automóveis e grades que compõem o novo desenho do espaço. O que antes era aberto e visualmente contínuo passou a ser murado, uma experiência compartimentada em diferentes espaços. A paisagem natural cedeu lugar à ambientação construída. Não se trata apenas de uma transformação física, mas de uma mudança na forma de acesso, circulação e principalmente percepção desse espaço.

**Figura 2** - Vista atual da entrada do Marco das Três Fronteiras com alterações na paisagem

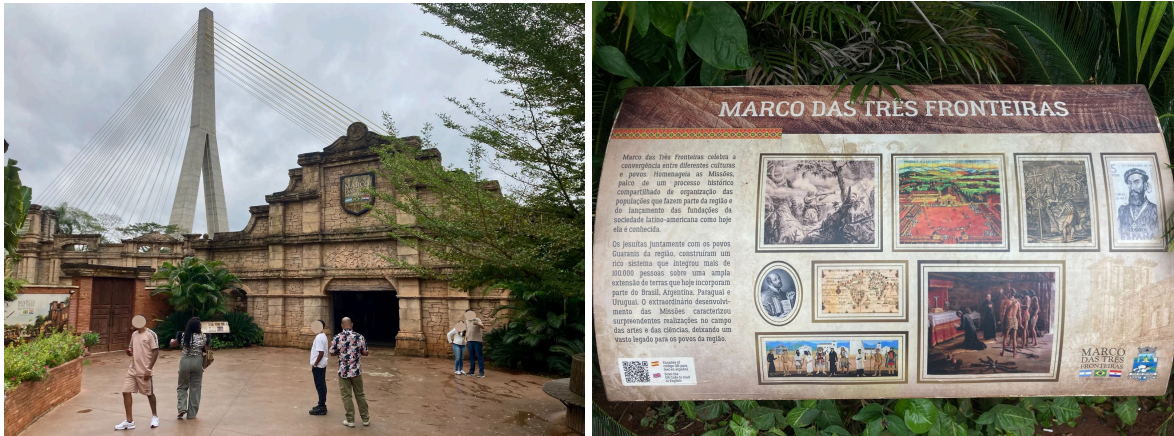


Fonte: Elaborado pelo autor (2023-2025).

Ao chegar aos portões de entrada, que replicam as construções jesuítas, o visitante é imediatamente transportado para essa narrativa — construída, dirigida e cuidadosamente roteirizada. Ao lado, uma placa informativa recebe o público, mas, curiosamente, dedica-se muito mais a apresentar de forma generalista a história das missões, do que propriamente historicizar o Marco das Três Fronteiras. Ainda que brevemente, não se apresenta o obelisco como materialidade ou mesmo sua história. O Marco das Três fronteiras, nesta placa, aparece apenas citado nas primeiras linhas do texto<sup>5</sup>, como um espaço de celebração da diversidade cultural.

<sup>5</sup>Texto da placa da figura 3: “Marco das Três Fronteiras celebra a convergência entre diferentes culturas e povos. Homenageia as Missões, palco de um processo histórico compartilhado de organização das populações que fazem parte da região e do lançamento das fundações da sociedade latino-americana como hoje ela é conhecida. Os jesuítas juntamente com os povos Guaranis da região, construíram um rico sistema que integrou mais de 100.000 pessoas sobre uma ampla extensão de terras que hoje incorporam parte do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. O extraordinário desenvolvimento das Missões caracterizou surpreendentes realizações no campo das artes e das ciências, deixando um vasto legado para os povos da região”.

Figura 3 - A entrada



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Ao adentrar os portões, chega-se à bilheteria, onde, à direita há um espaço dedicado a informações turísticas e, à esquerda, há uma pequena exposição de artefatos apresentados como arte guaranítica — representações de cultura material indígena produzida sob forte influência jesuítica —. Contudo, estes artefatos, individualmente, não apresentam quaisquer informações sobre a origem, data, material e técnicas de que são feitos. Ao lado, encontra-se um espaço cênico que simula o set do filme *A Missão* (1986), protagonizado por Robert De Niro e filmado, em parte, na região.

Figura 4 - Exposições de arte guaranítica e do filme “A Missão”, localizadas no salão de entrada



Fonte: Elaborado pelo autor (2023-2025).

Curiosamente, a loja de *souvenirs* é a próxima parada. Diferente do percurso habitual de museus e atrações turísticas — em que a loja aparece ao final, como complemento da experiência — aqui ela surge antes mesmo do visitante acessar o marco em si, sugerindo a

antecipação do consumo à vivência. Camisetas, chaveiros, canecas, ímãs e produtos que trazem imagens que “traduzem a fronteira” são oferecidos como formas de “lembrança” de algo ainda não experienciado.

**Figura 5** - Saguão da bilheteria e entrada para o parque temático pela loja



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Somente depois deste percurso é possível adentrar o espaço murado do parque, onde o obelisco brasileiro, em verde, amarelo e azul, começa a se revelar ao fundo. Ao entrar, o visitante encontra uma primeira praça com um chafariz central. Ali, dois elementos ganham destaque aos olhos mais atentos: a escultura de uma mulher indígena, sem nome ou qualquer identificação, que está posicionada dentro da água; mais adiante, de pé, próximo a um coqueiro, uma figura masculina indígena em tamanho real repete a mesma ausência de placa ou explicação. São presenças silenciosas, cuja função simbólica parece ser mais decorativa do que informativa, sugerindo um apagamento da individualidade e da historicidade desses corpos.

**Figura 6** - A primeira praça



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

**Figura 7 - Estátuas sem identificação**



Fonte: Elaborado pelo autor (2025-2023).

Ao todo existem 8 placas informativas espalhadas pelo parque. Estas explicam brevemente, e de forma bastante simplificada, alguns processos históricos, sem necessariamente construir um vínculo claro entre estes períodos ou acontecimentos, consequentemente não consolidando uma transmissão de fácil entendimento sobre a ligação destes para as pessoas que visitam o espaço. Em alguns casos, estas placas também trazem informações, igualmente breves, sobre os objetos cenográficos que compõem o espaço — sendo que nem todos os objetos estão sinalizados ou contem explicações, como o exemplo das estátuas citada acima ou ainda os exemplares de obras guaraníicas. Algumas destas placas também se utilizam de imagens ilustrativas, que não apresentam nenhuma informação sobre estas. Um exemplo seria uma das placas, que será abordada mais a frente, localizada próxima ao obelisco, esta aborda de forma extremamente breve a história do obelisco e apresenta imagens de diferentes datas e com diferentes pessoas, mas com uma edição que busca uma uniformidade da imagem e sem as devidas informações que orientariam o entendimento destas. Isso torna a discriminação de datação desta imagem mais difícil, além de abrir margem para confusão sobre as pessoas das fotos serem as mesmas referenciadas nos textos, que neste caso não são. Isso ocorre também, em certa forma, com os próprios textos informativos, que não conseguem inter-relacionar efetivamente os processos históricos selecionados para serem expostos nestas placas, ou seja, a conexão entre as placas não se dá de forma efetiva, cabendo a pessoa compreender a relação dos acontecimentos, ou mesmo, da própria ordem de leitura das placas.

A primeira, já comentada, fica na entrada do parque, outras três delas se encontram nas bordas da primeira praça, há pouco citada. Estas três estão posicionadas atrás

de alguns bancos, seguindo a ordem da primeira fotografia da figura 8, as placas intitulam-se “Missões Jesuíticas - Fundação”, “Os Guaranis - Originários” e “Missões Jesuíticas - Bandeirantes”. Desta forma, estas buscam situar o visitante sobre o que foram as Missões, assim como também dedicam uma placa para falar sobre o povo Guarani. Ainda neste espaço, próximo aos sanitários (que se encontram mais a frente à direita), existe outra placa posicionada sobre um arbusto, esta intitulada como “Missões - Tratado de Madri”, explica o que foi o tratado, mas também como ele afetou algumas missões jesuíticas que se encontravam a leste do rio Uruguai. Esta explicação é uma das poucas que consegue interligar o sentido de se contar as histórias nas outras placas, entretanto, considera-se aqui que, logo esta, está localizada no local mais inoportuno considerando a posição de todas as placas.

**Figura 8 - Placas da primeira praça**



Ao sair da primeira praça, atravessa-se um pórtico (visível na fotografia à esquerda da figura 6), construído no mesmo estilo das ruínas missioneiras, com um sino pendurado no alto. Ao passar por ele, o visitante entra em um espaço mais amplo, onde por fim se encontra o obelisco cercado por outro chafariz, próximo a ele existem outras duas placas, a mais próxima do obelisco, “Marco das Três Fronteiras - Brasil”, afirma que o obelisco é um dos principais símbolos da cidade e que celebra a paz entre povos, ademais cita sua história somente no último parágrafo<sup>6</sup>. Já a placa mais distante do obelisco, “Fronteira

<sup>6</sup>Texto da placa “Marco das Três Fronteiras - Brasil”: “Um dos principais símbolos da região de Foz do Iguaçu, o Marco das Três Fronteiras — obelisco erguido para celebrar a paz entre os povos — foi inaugurado em 20 de julho de 1903 e estabelece a soberania e o limite territorial do Brasil com a Argentina e o Paraguai.

O obelisco, há anos é cenário de boas memórias para visitantes anônimos e ilustres. Conta ainda com importantes paisagens na história do Brasil, Paraguai e Argentina.

O marco brasileiro, foi inaugurado junto com o marco argentino, em 1903. A comissão brasileira foi comandada pelo general Dionísio Cerqueira; e a argentina, pelo general Garmêndia. O marco paraguaio, que fica na margem direita do Rio Paraná, foi erguido anos depois, em 1961”

Brasil - Paraguai - Argentina”<sup>7</sup>, se apresenta como um mapa, para indicar onde a pessoa está geograficamente a partir dos rios, marcos e referenciais da cidade de Foz — como a Itaipu, as pontes, da Amizade e da Fraternidade e as Cataratas. À direita do obelisco, encontra-se uma sequência de barracas de comida que se distribuem lado a lado, oferecendo pratos variados. À esquerda do pórtico, há outro espaço, uma espécie de trailer, também voltado para venda de bebidas e alimentos.

**Figura 9** - A segunda praça, ou praça principal, com o obelisco e a praça de alimentação



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Mais para a esquerda do trailer, existe uma réplica em miniatura dos Marcos Das Três Fronteiras, com os rios e países desenhados no chão — um espaço dedicado a fotos,

<sup>7</sup>Texto da placa “Fronteira Brasil - Paraguai - Argentina”: “O Marco das Três Fronteiras é um dos lugares mais singulares do mundo. O atrativo está localizado no encontro dos rios Iguaçu e Paraná, que dá o nome a cidade de Foz do Iguaçu. O monumento demarca a fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, sendo reconhecido como um patrimônio histórico e cultural da região”.

ou ainda, instagramável<sup>8</sup>. Ao lado, encontra-se uma área infantil com *playground* e, logo à frente deste, o restaurante *Cabeza de Vaca*. Por fim, existe um conjunto de três estátuas — um homem e uma mulher indígenas e uma cobra — que se encontra atrás de um poste de madeira e representam o conto das cataratas, está acompanhada por uma placa mais à esquerda das estátuas, esta conta a história da lenda (figura 11).

**Figura 10** - Espaço para fotos e *playground*



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

**Figura 11** - Restaurante *Cabeza de Vaca* e estátua da lenda das cataratas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Apresentado a conjuntura atual deste espaço, convida-se o leitor a voltar seu olhar à figura 1, que rememora um momento anterior no qual este espaço se mostrava mais simples, sem tantos adereços “instagramáveis” ou a venda de experiências ao seu redor. Ao

<sup>8</sup>O termo “instagramável” pode ser interpretado por alguns como um neologismo, mas já está registrado e definido no dicionário Priberam; este refere-se a uma capacidade de aptidão ao aplicativo Instagram, algo que se pode instagramar ou publicar na rede social Instagram. Disponível em: <[https://dicionario.priberam.org/instagramavel.#google\\_vignette](https://dicionario.priberam.org/instagramavel.#google_vignette). Acesso em: 18 jul 2025.

compará-la com a infraestrutura apresentada surgem algumas questões, tais quais: como e por que ocorreram tais mudanças? Quando e de que forma este obelisco foi erguido? Quem o construiu? O que ele significa? Que história ele nos conta? E que história o parque nos narra? Diante desses questionamentos, torna-se necessário explicitar a abordagem teórica que este trabalho assume frente ao obelisco conhecido como Marco das Três Fronteiras.

## 2.1 O MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS COMO DOCUMENTO-MONUMENTO

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (Le Goff, 2013, 485).

É desta forma que Jacques Le Goff (2013), renomado historiador francês, inicia o capítulo final de sua obra *História e Memória*, intitulado “*Documento/Monumento*”. Pode-se dizer que ele parte de uma conclusão que percorre todo o texto: a ideia de que aquilo que sobrevive ao tempo não é apenas um simples resquício do passado, mas o resultado de escolhas — escolhas feitas por forças sociais, políticas, culturais e também pelos próprios historiadores. O que permanece, portanto, foi, de algum modo, selecionado para perdurar<sup>9</sup>.

Ao se aprofundar nessa afirmação, o autor interroga, ao longo do capítulo, as próprias definições de documento e de monumento, reconhecendo-os não somente enquanto vestígios do tempo passado, selecionados e perpetuados, mas também como construções sociais continuamente reinterpretadas. É justamente na sobreposição entre documento e monumento que reside o ponto central de sua reflexão: todo documento é também um monumento — marcado pelas intencionalidades de quem o produziu, de quem o preservou e de quem o (re)interpreta.

Essa dinâmica revela que o documento-monumento é um verdadeiro palimpsesto<sup>10</sup> temporal. O historiador, portanto, não lida com fragmentos “puros” do passado, mas com camadas de significados acumulados e sobrepostos, onde cada época reinscreve seus próprios projetos de memória, seus interesses e disputas. Assim, Le Goff (2013) desvenda a concepção do documento-monumento e, a partir disso, propõe que seja a função do historiador desconstruí-lo, afirmando que “a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (Le Goff, 2013, p. 495), ou seja, descobrindo as camadas sobrepostas de ressignificações e desvelando as diferentes relações de poder que o forjaram.

<sup>9</sup>É importante ressaltar que este trabalho, em consonância com o autor, não afirma que tudo o que prevalece passou necessariamente por um processo de seleção ou curadoria, ainda que consciente ou inconsciente. Sempre existirão vestígios que sobrevivem apesar de “não terem sido escolhidos” propriamente. O que se defende aqui é que, de alguma forma, o ser humano atribui diferentes níveis de importância às coisas — e tudo aquilo que carrega maior valor tende a mobilizar mais esforços para sua preservação no tempo.

<sup>10</sup>Palimpsesto (do grego antigo παλίμψηστος, transl. "palímpsestos", "aquilo que se raspa para escrever de novo": πάλιν, "de novo" e ψάω, "arranhar, raspar") designa um pergaminho ou papiro cujo texto foi eliminado para permitir a reutilização. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Palimpsesto>. Acesso em: 4 de mar. 2025. Neste trabalho entende-se o “palimpsesto temporal” enquanto metáfora para a memória acumulada e a superposição de eventos e significados ao longo do tempo.

Ao ler o Marco das Três Fronteiras a partir desta perspectiva, pode-se compreendê-lo como documento-monumento e, por consequência, reconhecer que sua materialidade transcende a função geopolítica original — erguido em 1903 para demarcar fronteiras nacionais, ele foi concebido como monumento à soberania territorial e se constrói hoje como parque temático. Desta forma, entende-se este documento-monumento não como relíquia estática, mas como processo contínuo de construção e desconstrução de memórias.

Assim como nos confere a possibilidade de compreendê-lo como palimpsesto temporal, a abordagem de Le Goff (2013) não só possibilita como obriga a desnaturalizar o Marco das Três Fronteiras, desvelando as camadas dos diferentes usos e significados que este espaço possuiu e possui. Logo, capaz de elucidar que seu valor histórico não está apenas no que ele exhibe, mas, também, no que encobre — nas ausências que denunciam os mecanismos de seleção da memória coletiva.

Reconhecer o Marco das Três Fronteiras como documento-monumento implica, portanto, ir além de sua aparência atual e questionar os processos históricos que o originaram. Para compreender os sentidos que hoje o atravessam, é preciso retornar às condições de sua criação — ao momento em que a fronteira foi imaginada, negociada e formalmente delimitada. É nesse movimento de retorno que se inicia a próxima parte deste trabalho: a investigação histórica da origem do marco.

## 2.2 DAS LINHAS IMAGINÁRIAS AO MARCO DE PEDRA: A HISTÓRIA DA DELIMITAÇÃO FRONTEIRIÇA ANTES DE 1903

As delimitações territoriais do espaço, que hoje se reconhece como *la Triple Frontera*, são fruto de um processo histórico marcado por disputas geopolíticas, tratados ambíguos e conflitos armados, cujas raízes remontam ao período colonial. Assim, muito antes da instalação de monumentos, que hoje simbolizam uma convivência pacífica entre países, este território foi atravessado por conflitos de impérios coloniais, resistências indígenas às ocupações europeias, resistências missionárias aos reordenamentos das fronteiras, bem como conflitos entre império e república.

Antes mesmo de ser reconhecido como um território trinacional, este espaço já era moldado pela confluência dos rios Iguaçu e Paraná, cujas águas traçam uma fronteira natural em meio à vastidão da mata. Com o romper das grandes navegações e o avanço da colonização das Américas, no século XV, se redefiniram as dinâmicas territoriais, afinal estas terras passaram a ser disputadas entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela (Espanha). As desavenças entre estas monarquias, já presentes em seus territórios de origem, agora, possibilitadas pelas grandes navegações, levaram suas disputas além-mar. Em busca de uma resolução, assinou-se o Tratado de Tordesilhas no ano de 1494.

Possivelmente, Tordesilhas seja um dos acordos internacionais mais conhecidos na *Sudamerica*. O tratado procurou estabelecer uma linha divisória entre as posses de cada reinado, o que, na prática, não se mostrou muito eficaz, uma vez que a ocupação real dos territórios avançava, motivada pela conquista ou, ainda, pela própria dificuldade da visualização de uma linha imaginária. Em resposta às novas dinâmicas de ocupação e à consequente obsolescência do tratado de Tordesilhas, os reinados de Portugal e Espanha se vêem obrigados a negociar por um novo tratado, assim, estabelecem o Tratado de Madri em 1750. Em consonância, ambos reinados acordaram pela divisão do território ultramarino, pautados pelo princípio do direito romano *uti possidetis* – que revogou a terra para aquele que a ocupava –, ou seja, quem de fato ocupava o território possuía o direito dele (O Tratado [...], 2018).

Contudo, neste trabalho, entende-se que estes acordos supracitados, ainda que formalizados em documentos diplomáticos pelas coroas envolvidas, operavam em um campo alegórico, se distanciando, assim, das dinâmicas materiais e humanas do território. Dessa forma, as coroas, ao negociar as fronteiras em mapas, estabelecem um dos limites a partir do rio Uruguai — separando o domínio espanhol a oeste do português a leste — (O

Tratado [...], 2018), negligenciando as ocupações concretas deste território, ocupado na época por missões jesuíticas, como afirma Louvain:

Os missionários espanhóis em conjunto com os índios aculturados se recusavam a deixar suas missões no atual solo brasileiro e mudar-se para a outra margem do rio Uruguai. Essa mudança significava deixar seus lares aos portugueses, associados pelos índios aos bandeirantes que saqueavam e destruíam seus povos, escravizando sua gente apenas algumas décadas atrás (Wilde, 2009, APUD Louvain, 2018, 793).

Em consequência direta às tentativas de consolidação do Tratado de Madri, eclode as Guerras Guaraníticas (1753–1756). Como afirmam Capilé e Vergara (2014), os confrontos da Guerra Guaranítica impediram o sucesso da primeira comissão de demarcação da fronteira. Somente após o fim do conflito, em 1759, organizou-se uma nova expedição para dar sequência às novas tentativas de delimitação. Devido às resistências e dificuldades da demarcação, assim como a incapacidade de Portugal e Espanha de cumprir cláusulas propostas no Tratado de Madri (O Tratado [...], 2018), este é anulado pelo Tratado do El Pardo (1761).

**Figura 12** – Mapa do território litigioso entre Brasil e Argentina (em cinza) e proposta da divisão. A linha pontilhada representa o Tratado Bocaiúva-Zebalos (1890)



Fonte: Elaborado por Bruno Capilé<sup>11</sup>

Em nova tentativa de resolução, é firmado o Tratado de Ildefonso (1777), que designava os limites estabelecidos “a partir de dois grandes rios, o Uruguai e o Iguazu, e uma conexão através de dois rios menores: o rio Peperi-Guassú, [...] e o outro na vertente oposta, o Santo Antônio” (Capilé, Vergara, 2014, 253). Assim, as divisões *sudamericanas*

<sup>11</sup> Mapa retirado do texto de Bruno Capilé e Moema Rezende, “Astronomia e território: a Comissão Demarcadora de Limites entre Brasil e Argentina” (2014).

começaram a se tornar mais parecidas à delimitação atual, como é possível se observar na Figura 8.

No entanto, mesmo com esforços diversos, os trabalhos de demarcação enfrentaram grandes dificuldades técnicas e políticas, o que resultou em tentativas fracassadas de acordos entre as partes (Capilé, Vergara, 2014). Esse impasse demonstra como a definição das fronteiras, mesmo com tratados firmados, permaneceu instável e incompleta — situação que os países herdaram mesmo após os processos de independência.

Após as independências das antigas colônias, o Brasil imperial e a Confederação Argentina herdaram as disputas de um território ainda por ser delimitado, conhecido como Misiones, pelos argentinos, e Palmas, pelos brasileiros (Capilé, Vergara, 2014, 254).

Ainda no intuito de ressaltar a complexidade da delimitação dessas fronteiras, Capilé e Vergara (2014) recordam o impacto da *Guerra de la Triple Alianza* (1864–1870), que intensificou a rivalidade geopolítica entre o Brasil Imperial e a República Argentina. Embora ambos os países tenham sido aliados formais no conflito contra o Paraguai, a disputa por influência regional permaneceu latente. Como apontam os autores:

Um fator que confere mais dramaticidade a este evento é a rivalidade entre Brasil e Argentina que, desde o século 19, buscam estabelecer papel hegemônico da América do Sul. Basta lembrar que o Império manteve tropas brasileiras no Paraguai [...] após o fim da guerra para impedir que a Argentina anexasse parte daquele território para si (Capilé, Vergara, 2014, 253).

Compreende-se assim que a busca por hegemonia de Brasil e Argentina na *Sudamerica* não se restringiu ao campo da retórica diplomática, mas, também, se concretizou por meio de disputas territoriais indiretas, como formas de demonstrações de poder. Além do exemplo emblemático da disputa territorial sobre áreas paraguaias, outro território de litígio, que já se mostrava duradouro, era a região de Palmas — ou Misiones.

Em 1881, o Brasil instalou postos militares junto aos rios Chapecó e Chopim e a Argentina protestou a iniciativa brasileira, criando zona de litígio entre os dois países (Magnoli, 1997: 263 *APUD* Capilé, Vergara, 2014, 253).

Isso se deve ao fato de que a ausência de demarcação *in loco* dos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio permitiu interpretações divergentes sobre suas localizações pelas partes envolvidas no litígio. Em 1881, se intensificou essa disputa, quando a Argentina reinterpretou as delimitações propostas no Tratado de Santo Ildefonso (1777). Assim, a

Argentina afirma que o rio Peperi-Guassu correspondia ao rio Chapecó (afluente do Uruguai) e o rio Santo Antonio inicialmente corresponderia ao Chopim (afluente do Iguaçu), e, a partir no ano de 1888, ao Rio Jangada (também afluente do Iguaçu). Enquanto isso, o Império Brasileiro mantinha-se alinhado à delimitação original de 1777 (Radin, Corazza, 2018, 136).

Ademais, o Império Brasileiro, em resposta a Argentina, instalou postos militares junto aos rios Chapecó e Chopim (Magnoli, 1997: 263 *APUD* Capilé, Vergara, 2014, 253), na intenção de refrear a tentativa de avanço a leste da Argentina, o que, por consequência, levou à consolidação desta zona de litígio entre os dois países. Nesse contexto, os rios da região passaram a desempenhar o papel de trincheiras simbólicas, representando não somente limites geográficos, mas fronteiras da disputa por poder e influência regional. Dessa forma, o conflito territorial, que se estendia por décadas e abrangia uma vasta área, passou a se concentrar especificamente na região ilustrada na Figura 8, ou ainda, no mapa criado pelo governo argentino em 1888, chamado Gobernación de Misiones (figura 9), e que incluía o Campo de Palmas.

**Figura 13** – Mapa Gobernación de Misiones, 1888



Fonte: Elaborado por Paz Soldan, Mariano Felipe, 1821-1886<sup>12</sup>

Em 1889, antes da proclamação da república brasileira, há uma nova tentativa de delimitação do território em litígio a partir de um arbitramento internacional (Radin, Corazza, 2018), entretanto, a proclamação acaba por interromper o processo em

<sup>12</sup> Mapa da Gobernación de Misiones, do ano de 1888 — pelo link é possível sobrepô-lo ao mapa atual ao clicar no botão “Compare”. Disponível em: <https://davidrumsey.oldmapsonline.org/maps/eb12c9ec-de41-59b3-a790-9711b78e933d/>. Acesso em: 04 de abr. 2025.

andamento. Isto influenciou na busca de uma nova tentativa de delimitação para este território. Em janeiro de 1890:

o Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, preocupado com as questões de segurança internas, manifestou disposição em resolver rapidamente a questão dos limites com a Argentina e propôs dividir o território contestado entre os dois países. O acerto foi estabelecido no Acordo de Montevideu, assinado pelo Ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, Quintino Bacaiuva, mas o Congresso Nacional brasileiro rechaçou esse acordo e reafirmou a vigência do que fora estabelecido no Tratado de Arbitramento (Radin, Corazza, 2018, 136).

A recusa do acordo — conhecido também como Tratado de Bocaiuva [conforme ilustrado no mapa de Capilé e Vergara na Figura 8] — estabeleceu novamente o Tratado de Arbitramento, que previa a intervenção dos Estados Unidos. Assim, o litígio, que ficara conhecido como a Questão de Palmas, se direcionava a uma possível conclusão, na qual, Brasil e Argentina submeteram-se ao arbitramento do presidente norte-americano Grover Cleveland. O Brasil, representado por Barão do Rio Branco, baseou sua defesa no princípio do *uti possidetis* e em documentos históricos como o Mapa das Cortes (1750), utilizado no Tratado de Madri. A estratégia foi bem-sucedida:

Em fevereiro de 1895, o presidente estadunidense arbitrou em favor do relatório brasileiro, estabelecendo a fronteira entre os países nos rios Peperi-Guaçu e o Rio Santo Antônio e seus respectivos cursos (Louvain, 2018, 798).

Firmado o tratado e encerrado o processo de arbitramento em 1895, os trabalhos de demarcação, no entanto, não foram imediatamente iniciados. Segundo Capilé e Vergara (2014, 258), somente em novembro de 1900 é que se retoma oficialmente esse processo, com a realização da 1ª Conferência da Comissão Demarcadora de Limites entre Brasil e Argentina

A linha de fronteira definida entre os dois países alcançava um total de 1.261,3 quilômetros, abrangendo quatro rios — Uruguai, Peperi-Guaçu, Santo Antônio e Iguaçu — e aproximadamente 25 quilômetros de fronteira seca. Conforme apontado por Louvain (2018), buscou-se prevenir disputas futuras por meio da instalação de marcos que delimitassem o território. Assim, no Tratado de 1898, definiu-se a instalação de “marcos principais, para determinar pontos geográficos mais relevantes, e marcos secundários, colocados ao longo da fronteira seca, a cada aproximadamente 80 metros, de forma que fossem intervisíveis entre si” (Louvain, 2018, 798-799).

Esse esforço culminou, em 20 de julho de 1903, com a inauguração dos

marcos localizados no bairro de Porto Meira, em Foz do Iguaçu, e na margem oposta, onde hoje se encontra a cidade de Puerto Iguazú. Como sintetiza Louvain (2018), esse ato marcou o encerramento pacífico de um litígio territorial que atravessara séculos — desde os conflitos entre as coroas espanhola e portuguesa, passando pelas disputas entre o Império do Brasil e a República Argentina, até o acordo entre esta última e a então recém-proclamada República dos Estados Unidos do Brasil. Os trabalhos da Comissão foram oficialmente concluídos em 1905, com a instalação de aproximadamente 300 marcos ao longo da fronteira estabelecida.

**Figura 14** – Fotografias do Obelisco, 1930



Fonte: Biblioteca IBGE. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=445486>. Acesso em: 29 de mar. 2025.

O Marco das Três Fronteiras, erguido no século XX, é representado como a resolução pacífica dessa fronteira, contudo, ao resgatar a história deste território, compreende-se que, ao analisar este espaço através somente da Questão de Palmas, se omitem séculos de conflitos e diplomacia truncada. A construção do monumento, longe de ser um “passo de mágica”, reflete a materialização de um processo marcado por negociações falhas, conflitos e mediações externas. Estudos futuros poderiam se debruçar sobre fontes primárias nos arquivos diplomáticos brasileiros e argentinos, bem como sobre memórias e cosmologias dos povos originários que historicamente habitam a região. Este trabalho, nesse sentido, busca justamente contribuir para a reescrita dessa narrativa, ao oferecer ao leitor um entendimento mais contextualizado sobre os processos que moldaram essa fronteira e que resultaram na construção e posterior tombamento do obelisco.

### 2.3 DO ESQUECIMENTO A TURISTIFICAÇÃO: A HISTÓRIA DO MARCO DURANTE O SÉC. XX ATÉ 2025

Com o andar da pesquisa, percebeu-se que, após a construção dos marcos, o espaço do Marco das Três Fronteiras torna-se, em alguma medida, um espaço esquecido ou, ao menos, não documentado de forma sistemática (até onde esta pesquisa conseguiu alcançar). Entre o início do século XX e a década de 1960, praticamente não se encontraram registros sobre o local. A única exceção, encontrada no acervo da Biblioteca Nacional Digital, foram fotografias datadas de 1924, relativas ao encontro dos tenentistas da Coluna Miguel Costa-Prestes em Foz do Iguaçu. Nelas, observa-se a presença de integrantes do movimento tenentista próximos ao obelisco, sugerindo que o espaço ainda funcionava como possível ponto de referência geográfica, ainda que desprovido de qualquer infraestrutura ou significado turístico naquele período.

**Figura 15** – Rebeldes paulistas e gaúchos na fronteira com o Paraguai e a Argentina formam a Coluna Prestes. Foto tirada em Foz do Iguaçu, onde as Colunas Miguel Costa e Prestes se encontraram



Fonte: BNDigital. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss926071/mss926071.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926071/mss926071.jpg). Acesso em: 2 de mai. 2025.

**Figura 16** – As tropas revolucionárias ocupam Foz do Iguaçu



Fonte: BNDigital. Disponível em:

[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss926069/mss926069.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss926069/mss926069.pdf). Acesso em: 2 de mai. 2025.

Ainda no esforço de reconstrução da história do Marco das Três Fronteiras entre 1903 e 2015, recorreu-se a fontes alternativas, como blogs, fóruns e sites de notícias locais, os quais ofereceram pistas valiosas diante da escassez de documentação oficial. Dois desses registros foram especialmente relevantes por trazerem à tona a memória da família Farias, que viveu no espaço do marco e ajudou a transformá-lo, ainda que de maneira informal, em um ponto de interesse turístico.

O primeiro relato apareceu em um breve texto publicado em 21 de abril de 2010 no blog [blogdefoz.blogspot.com](http://blogdefoz.blogspot.com), intitulado "O Marco das Três Fronteiras, Brasil: por que não interessa ao Governo?". O autor, Jackson Lima (2010) — jornalista e escritor —, nos conta que:

Um pioneiro de Foz do Iguaçu, João Raimundo Júnior, o Jango, disse que até certo tempo o Marco das Três Fronteiras era “coisa do Exército”. Eram os soldados que mantinham o lugar. O ex-prefeito de Foz do Iguaçu, Osires Silva, confirma e diz que o Exército mandava os soldados cuidarem do “marco”. “Mas era só uma pedras amontoadas” – destaca Jango (Lima, 2010).

Esse relato esboça que, entre a sua construção e boa parte do século XX, o Marco das Três Fronteiras foi um espaço à margem. Ainda que, segundo o relato exposto por Jackson Lima, minimamente mantido sob vigilância pelo Exército, não se tratava de um território completamente abandonado, mas, tampouco, havia nele qualquer estrutura de uso, muito menos qualquer interesse turístico consolidado. Enquanto, do ponto de vista da população civil, o cenário é ainda mais nebuloso. É possível que o espaço tenha tido algum tipo de uso cotidiano, mesmo que esporádico ou periférico, por brasileiros e não brasileiros que circulavam pela triple. Contudo, a ausência de registros, relatos ou imagens do uso deste espaço — ao menos nos materiais acessados até aqui — abre margem para a hipótese de sua marginalidade. Isso não significa que o lugar tenha sido completamente ignorado pela população, mas sugere que, se houve apropriações, foram provavelmente discretas, não sistemáticas, e sem repercussão suficiente para despertar qualquer reação do poder público<sup>13</sup>. E é nesse vácuo documental que o lugar se torna terreno fértil para a imaginação: que usos foram dados a esse território? Quem ocupou e como se relacionou com ele? Quais afetos, práticas e memórias circularam por ali, ainda que não registradas em arquivos oficiais?

Ainda, segundo o texto publicado no Blog de Foz (Lima, 2010), uma narrativa em particular que chama mais a atenção para esta pesquisa, é a memória da família Farias, que teria se instalado na área do Marco em 1967. Segundo o relato de Jackson Lima, Gilvan e Maria Claudina Farias adquiriram parte do terreno e construíram ali a sua casa. A postagem menciona que Maria Claudina se encantou com a possibilidade de viver “em um ponto de onde se via três países e dois rios”. O texto também indica que, posteriormente, o casal passou a explorar turisticamente o local, embora não forneça detalhes sobre como isso se dava. Essa memória, compartilhada informalmente no blog, preenche de forma parcial algumas das lacunas que marcam a história do Marco, oferecendo pistas sobre outras maneiras de se apropriar da fronteira — mais enraizadas na vivência cotidiana do que em projetos institucionais.

---

<sup>13</sup> Tal hipótese ganha força quando olhamos para o contexto institucional da própria cidade. Em 1910, a então Colônia Militar do Iguazu passou à condição de *Vila Iguassu*, distrito subordinado ao município de Guarapuava. Somente em **1914**, com a Lei nº 1.383, a vila foi elevada à categoria de município, e o nome *Foz do Iguazu* só seria oficializado em **1918**. Isso indica que, na primeira metade do século XX, Foz era ainda uma cidade em formação — precária em termos de infraestrutura e governança local — e, portanto, com capacidade reduzida de gestão territorial, inclusive em áreas como o marco.

**Figura 17** – Gilvan e os filhos no Marco das três Fronteiras - já aparece a primeira lanchonete e lojinha da família nos fundos



Fonte: Blog de Foz. Disponível em: [https://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post\\_7021.html](https://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post_7021.html). Acesso em: 7 de jun. 2025.

Anos depois, em 31 de março de 2025, a história da família Farias ressurgiria com mais detalhes em uma entrevista concedida ao jornalista Paulo Bogler (2025), publicada no jornal H2FOZ. Nesta matéria, a própria família revisita sua trajetória no Marco das Três Fronteiras, ampliando o que antes era somente uma breve menção no blog de Jackson Lima e oferecendo novos elementos para compreender as relações que se teceram naquele espaço ao longo do tempo.

A matéria revela que Gilvan foi transferido para Foz do Iguaçu em 1967 por conta de seu trabalho na autarquia federal Portobras, que à época adquiriu parte das terras da Madeireira Amambai para a construção de um porto intermodal no Rio Iguaçu. Junto a ele, sua esposa Maria Claudina, para complementar a renda, constrói um pequeno quiosque de souvenirs no Marco, inaugurado em 1970. Quatro anos depois, ele amplia o comércio impulsionado pelo movimento gerado com a instalação da Itaipu Binacional. Até 7 de setembro de 2015, quando a prefeitura implantaria um novo modelo de concessão turística, a área do obelisco foi residência e fonte de sustento da família Farias — formada pelo casal e seus três filhos — que ali viveram, trabalharam e participaram ativamente da vida cotidiana do Marco, antes de sua reinvenção como parque temático (Bogler, 2025).

**Figura 18** – Marco como o ‘quintal de casa’ para os filhos de Gilvan e Maria Claudina



Fonte: Blog de Foz. Disponível em: [https://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post\\_7021.html](https://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post_7021.html). Acesso em: 7 de jun. 2025.

Apesar dessa presença contínua, em 2015 a família foi removida deste espaço devido ao interesse da prefeitura de Foz do Iguaçu em transformar a área em uma nova atração turística. Segundo a matéria “Revitalização de marco sinaliza um novo ciclo de integração e crescimento da tríplice fronteira” do *GI* (Revitalização [...], 2015), essa mudança foi viabilizada a partir de um acordo firmado entre a União e o município de Foz do Iguaçu, que permitiu o repasse de parte do terreno federal à gestão municipal. A notícia informa ainda que, para a concretização do projeto, foram realizadas diversas tentativas de negociação com a família Farias, resultando em mais de 12 anos de tratativas frustradas. Somente em dezembro de 2014, a prefeitura conseguiu firmar um acordo com a família para a liberação do local, mediante indenização. O acordo teria sido possível, segundo a matéria, porque Maria Claudina Farias compreendeu a necessidade de liberação do espaço para sua revitalização e, consequentemente, alavancagem do potencial turístico. Em confirmação, o então prefeito da cidade, Reni Pereira, declarou que:

Nós indenizamos a Dona Maria e agradecemos , pois ela está colaborando com o desenvolvimento turístico de Foz do Iguaçu e da região do Porto Meira, ela é uma grande parceira, ficamos satisfeitos por que ela entendeu que precisamos alavancar o potencial turístico daquela região (Revitalização[...], 2015).

Ademais, a matéria parece justificar o projeto com base na suposta condição de abandono do local: “O local tornou-se um dos cartões-postais de Foz do Iguaçu e chegou até a receber reuniões de chefes de Estado, mas acabou sendo deixado de lado e, desde 2011, estava em situação total de abandono” (Revitalização [...], 2015).

Em abril de 2015, a prefeitura lançou o edital para a concessão do Marco das Três Fronteiras e do Espaço das Américas. O objetivo era impulsionar o potencial turístico da área, fazendo com que os visitantes permanecessem por mais tempo na cidade — proposta justificada, novamente, pelo abandono do espaço pelo poder público. Em junho do mesmo ano, a concessão foi entregue à empresa Cataratas S.A., responsável também pela administração do Parque Nacional do Iguaçu.

Com a concessão efetivada, iniciou-se o processo de revitalização do Marco das Três Fronteiras. As obras começaram em outubro do mesmo ano, com um investimento orçado em R\$ 27 milhões e previsão de entrega para 2017. A execução foi planejada em etapas, de modo a não interromper o fluxo de visitantes. A primeira fase incluiu serviços de terraplanagem e a instalação de infraestruturas básicas, como estacionamento, portal de entrada, banheiros, lojas de souvenirs e espaços de alimentação — todos previstos para entrega ainda em dezembro de 2015 (Revitalização [...], 2015).

**Figura 19** – Vila de entretenimento cidade cenográfica das Missões Jesuíticas imagem projeto conceitual



Fonte: *GI*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/especial-publicitario/prefeitura-de-foz-do-iguacu/noticia/2015/11/revitalizacao-de-marco-sinaliza-um-novo-ciclo-de-integracao-e-crescimento-da-triplice-fronteira.html>. Acesso em: 26 de mar. 2025.

As etapas seguintes do projeto previam a implementação de diversas outras infraestruturas, como a construção de um centro de recepção de visitantes, bilheterias e a chamada "Vila dos Jesuítas" — conjunto cenográfico que simula a arquitetura das antigas missões jesuíticas. Também estava previsto o “Memorial Cabeza de Vaca” — que, segundo matéria do *GI* (Revitalização [...], 2015), funcionaria como um museu dedicado à história desse personagem e sua relação com o local. O Espaço das Américas<sup>14</sup>, por sua vez, passaria por uma reestruturação, sendo transformado em um espaço gastronômico.

Além dessas estruturas, o projeto previa a construção de três torres cenográficas interligadas por passarelas suspensas. Inspiradas na araucária, árvore símbolo do Paraná, essas torres de até 60 metros de altura seriam construídas em concreto e metal, revestidas por vegetação, funcionando como mirantes panorâmicos e espaços para atividades como arvorismo e escalada (Com apoio do Fundo Iguaçu [...], 2015).

<sup>14</sup> Atualmente abandonado, o Espaço das Américas foi um auditório que se localiza na margem dos rios Paraná e Iguaçu, sendo possível vê-lo de qualquer um dos marcos.

**Figura 20** – Espaço das Américas à noite - revitalização total da instalação - imagem projeto conceitual



Fonte: *G1*. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/especial-publicitario/prefeitura-de-foz-do-iguacu/noticia/2015/11/revitalizacao-de-marco-sinaliza-um-novo-ciclo-de-integracao-e-crescimento-da-triplice-fronteira.html>. Acesso em: 26 de mar. 2025.

Embora nem todas as estruturas previstas tenham sido de fato construídas — as torres cenográficas, por exemplo, não saíram do papel; o Memorial Cabeza de Vaca foi convertido em restaurante; e o Espaço das Américas não chegou a ser restaurado como inicialmente proposto —, o conjunto das intervenções realizadas já provocou transformações substanciais na configuração e consequente fruição do local.

Com isso, o espaço que por décadas foi vivido e cuidado por uma família local encontra-se agora murado e sob a gestão de uma empresa do setor de turismo, inaugurando uma nova forma de fruição: mais controlada, espetacularizada e voltada ao consumo da fronteira como produto.

### 3 O MARCO COMO MERCADORIA E O DIREITO À CIDADE

A concessão do Marco das Três Fronteiras à iniciativa privada, em 2015, resultou em profundas transformações no espaço. Antes destas, o local se assemelhava à lógica de uma praça pública — aberta, acessível e apropriável. Com a reconfiguração promovida pelo novo projeto, este passou a operar como um parque temático, com controle de acesso, bilheteria e uma série de serviços voltados à lógica do consumo turístico.

Ao resgatar a crítica proposta por Henri Lefebvre (2001), especialmente sua noção de direito à cidade, torna-se possível compreender esse processo como parte de uma lógica mais ampla de subordinação dos espaços da cidade, a partir do seu valor de troca ao invés do seu valor de uso, como suposto na constituição dos espaços como estatais.

Dito isso, o processo de concessão deste espaço público a uma empresa privada, faz com que este opere seguindo as regras de estruturação da economia, a partir de um processo diferente da constituição de espaços privados: a empresa o utiliza como espaço privado a partir de um projeto e não, da compra deste espaço. Com isso, a lógica de atuação deste espaço deixa de ser o valor de uso - que diz respeito ao valor constituído na vida cotidiana, nas práticas sociais e nas necessidades coletivas. A partir da transição do espaço público para a concessão público-privado, este valor deixa de importar e começa a imperar o valor de troca - que se refere à capacidade de existir um valor que não existe no mundo material e no uso cotidiano, mas um valor especulado a partir das regras de mercado, principalmente com o objetivo de gerar mais-valia<sup>15</sup>.

Seguindo essa lógica, Lefebvre (2001) compreende o direito à cidade como o direito de produzir e se apropriar do espaço urbano de forma coletiva, centrada nas necessidades sociais e na vida cotidiana, e não na lógica mercantil. No caso do Marco, é evidente que o espaço deixou de ser moldado pelas práticas cotidianas da população local para ser transformado em um produto turístico. Explicita-se esta transformação pela própria proposta de projeto do parque, assim como sua parcial consolidação, como, por exemplo, a limitação do acesso a este espaço, condicionado à passagem por uma bilheteria. Embora haja gratuidade para os moradores de Foz do Iguaçu, essa isenção está atrelada à apresentação de

---

<sup>15</sup>No pensamento marxista, “mais-valia” refere-se ao valor excedente produzido pelo trabalho humano e apropriado pelo capitalista, resultante da diferença entre o valor criado e o valor pago em forma de salário. Trata-se do fundamento da exploração na produção capitalista, conforme desenvolvido por Karl Marx em *O Capital*. No caso analisado, a lógica de geração de mais-valia ocorre quando o espaço concedido passa a ser explorado segundo critérios de mercado: seu valor de uso, vinculado às práticas sociais e necessidades coletivas, é subordinado ao valor de troca, que visa maximizar a rentabilidade da empresa concessionária através da exploração do território e sua capacidade de gerar riqueza.

comprovante de residência, o que pode representar um obstáculo, especialmente para pessoas que, por diferentes motivos, não possuem tal documentação. Trata-se de uma situação distinta daquela anterior à concessão, em que o espaço era aberto e livre de qualquer forma de controle.

Ademais, outros aspectos corroboram para essa análise. Um deles é a própria organização física e simbólica do espaço, cujas escolhas de disposição revelam as prioridades do projeto turístico que o molda. Por exemplo, o fato de a pessoa visitante ser conduzida, logo na entrada, à loja de *suvenires* antes mesmo de viver a experiência do lugar, faz com que o percurso seja intencionalmente desenhado para estimular o consumo de “lembrancinhas” antes mesmo da própria experiência do espaço. Outro ponto seria a grande quantidade de lugares para compra de alimentos presentes em torno do obelisco, podendo-se quase considerar a praça central do espaço do Marco das Três Fronteiras como uma grande praça de alimentação. Para além, o uso de propagandas — presentes em *outdoors*, sites oficiais, redes sociais e outros meios de divulgação — promovem a venda de uma “experiência do local”, centrada sobretudo na imagem do Marco como um cenário privilegiado para assistir ao pôr do sol e ao espetáculo de dança que ocorre todas as noites e busca traduzir uma essência da cultura brasileira, paraguaia e argentina através da dança.

**Figura 21** – Propaganda do Marco das Três Fronteiras Brasileiro em *outdoor* a frente do obelisco argentino



Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Dessa forma, percebe-se a construção de um roteiro de visita — primeiro, do próprio espaço do Marco e, depois, da cidade como um todo. O percurso idealizado sugere que o visitante chegue ao Marco no fim da tarde para contemplar o pôr do sol, consuma alimentos variados e, em seguida, assista ao espetáculo que encerra pouco antes do fechamento do parque. Essa sugestão de roteiro não somente propõe um ritmo para a visita, mas, também, insere o Marco em um circuito mais amplo de exploração turística da cidade, funcionando como um atrativo capaz de justificar a ampliação da estadia do turista por mais um dia. O Marco, assim, deixa de ser apenas um ponto de visita e passa a compor uma engrenagem da economia turística local, assumindo um papel ativo na garantia da permanência e, portanto, do consumo do visitante na cidade. Essa lógica de funcionamento reforça a ideia — historicamente construída — de Foz do Iguaçu como uma cidade naturalmente vocacionada ao turismo (Souza, 2009).

Essa construção simbólica não se sustenta apenas por meio da infraestrutura e da lógica econômica, mas também por meio de narrativas cuidadosamente selecionadas. Como aponta Le Goff (2013), tais narrativas são fruto de escolhas que revelam tanto aspectos do passado quanto os interesses e significados atribuídos no presente. Nesse sentido, a construção de uma memória de Foz do Iguaçu como cidade turística configura-se como uma estratégia dos grupos dominantes para legitimar determinados interesses econômicos e políticos. Ao definir o que lembrar e como lembrar, estes grupos consolidaram uma memória hegemônica que reforça essa vocação construída, conferindo legitimidade a projetos e práticas alinhados aos seus objetivos (Souza, 2008).

Essa articulação entre interesses econômicos, (re)construção de memórias e (re)configuração simbólica do território converge de forma exemplar no caso do Marco das Três Fronteiras. Observa-se que, em determinado momento de sua história, o poder público passou a direcionar interesse específico ao local, atribuindo-lhe valor estratégico para fins de exploração turística. A consolidação do projeto, com a concessão do espaço a uma empresa privada e a reestruturação de sua paisagem com novas construções voltadas à experiência do visitante, revela como seu valor de uso foi progressivamente subordinado a um valor de troca. Como afirma Lefebvre, “o núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas [...]. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (2001, 20).

Nesse sentido, a forma como o Marco das Três Fronteiras é apresentado e mercantilizado revela muito sobre os interesses econômicos que regem o espaço. Embora se anuncie como um local de entretenimento com valor histórico, sua concepção prioriza uma

ambientação dinâmica voltada ao consumo, relegando o conteúdo histórico a um plano secundário. Elementos como a “Vila dos Jesuítas” e as placas informativas evidenciam essa superficialidade. Os componentes cenográficos que simulam uma missão jesuítica parecem estar presentes mais para provocar um sentimento de deslumbramento do que para promover reflexão crítica. Já as placas informativas funcionam quase como uma justificativa simbólica para legitimar o espaço como histórico — uma tentativa de conferir-lhe importância e/ou autoridade. No entanto, algumas dessas placas se encontram em um estado de semiabandono: estão desbotadas, mal posicionadas e sem iluminação adequada para sua leitura, fazendo com que, por vezes, sejam despercebidas pelos visitantes, ainda mais no período da noite. Durante as pesquisas de campo, observou-se que o público interage pouco com esses materiais, supõem-se que, em grande parte, devido ao desprestígio construído sobre as placas em contraposição da predominância de atrações mais chamativas, o que reforça a lógica do espetáculo e do consumo. Em ambos os casos, trata-se de representações genéricas, que pouco contribuem para uma compreensão crítica ou aprofundada do passado.

A mercantilização do espaço se manifesta também na decisão de transformar o espaço originalmente reservado para um memorial histórico — ainda que este, por sua vez, privilegiasse uma narrativa ocidentalizada — no restaurante temático “*Cabeza de Vaca*”. Mesmo com outras estruturas alimentícias já previstas no projeto (Revitalização [...], 2015), optou-se por converter o único local que seria dedicado à história em mais um ponto de consumo. Além disso, as representações indígenas presentes no espaço, não apresentam informações básicas como nomes, datas ou mesmo etnia. Supõem-se que isso aconteça, pois estas representações (figura 7) são meras alusões genéricas de uma ideia estereotipada dos povos indígenas, que sugere que estas pertençam a um lugar exótico e em um tempo passado, desconectado do presente. O mesmo se aplica às obras atribuídas à arte guarani, igualmente desprovidas de identificação individual ou placas informativas, o que impede qualquer possibilidade de contextualização ou reconhecimento da autoria. Diante disso, questiona-se se houve, de fato, um processo de pesquisa e curadoria histórica comprometido — ou apenas uma seleção estética voltada à criação de uma narrativa conveniente e consumível.

Ademais do supracitado, a pesquisa também analisou os dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, referentes ao número de visitas ao Marco das Três Fronteiras, entre 2023 a 2025 (quadro 1). O objetivo da presente pesquisa foi investigar quem são as pessoas que, de fato, visitam o Marco, com o intuito de compreender quem está usufruindo do mesmo. Observa-se que 95.933 moradores visitaram o Marco entre 2023 e 2025 — um número expressivo, mas que representa somente

8,7% do total de visitas. Ainda que estes números possam relevar uma ineficácia na implementação da marca “Destino do Mundo” — entendida por Galante (2024), como uma tentativa de internacionalizar a cidade enquanto destino turístico — a baixa porcentagem da presença de moradores neste espaço, reforça o reposicionamento deste enquanto engrenagem de um roteiro turístico, deixando em segundo plano o papel que esse lugar ocupa na memória e na vida cotidiana dos moradores.

**Figura 22** – Visitação Marco das Três Fronteiras entre 2023 a 2025

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>	<b>%</b>
BRASILEIROS	900.365	81,9%
MORADORES	95.933	8,7%
ESTRANGEIROS	81.577	7,4%
MERCOSUL	21.212	1,9%

Fonte: Divisão De Estatísticas E Estudos Turísticos, Diretoria Técnica De Desenvolvimento Do Turismo. Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu (SMTU).

Disponível em: <https://www.destino.foz.br/membros/visitacao-de-atrativos-resumo-mensal-a-partir-de-2019/>.

Acesso em: 20 de jul. 2025.

Em conclusão, essa análise não busca defender um retorno a uma suposta condição ideal anterior, nem rejeitar as transformações inevitáveis que atravessam os espaços urbanos. O que se propõe é debater criticamente a realidade do espaço urbano, partindo do princípio de que os cidadãos devem ter garantido o direito à cidade. Direito este que, segundo Lefebvre (2001), pode ser entendido como uma demanda por participação ativa na produção e organização do espaço urbano — no sentido de que indivíduos e comunidades possam exercer controle sobre sua configuração, seus usos e seus significados. Primeiramente é essencial reconhecer que esses espaços só existem e adquirem significado a partir das relações sociais, culturais e afetivas das pessoas que deles fazem parte. Partindo desse pressuposto, o direito à cidade, deve ir além da garantia sobre o acesso aos espaços existentes, mas assegurar que esses espaços sejam capazes de refletir e atender às necessidades, desejos e potencialidades das populações que constituem seu significado e relevância.

Nesse contexto, faz-se necessário destacar que a mobilização que resultou no tombamento do obelisco do Marco pode ser compreendida como uma ação concreta do direito à cidade. Ou seja, trata-se de um exemplo em que a população local, por meio da universidade pública, reivindica e legitima seu papel na produção dos significados e uso dos espaços públicos. A proposta de tombamento do obelisco partiu do projeto de extensão

Tekoha Guasu (Louvain; Garcia, 2019), vinculado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), que movimentou o cenário patrimonial de Foz do Iguaçu, que até então não contava com nenhum bem tombado a nível municipal. Dessa forma, com mais de 600 assinaturas coletadas, o projeto deu início a um processo que resultaria, anos depois, na publicação da resolução nº 007/2024, de 20 de maio de 2024, pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (CEPAC), no Diário Oficial do Município, oficializando o tombamento do obelisco como patrimônio cultural da cidade de Foz do Iguaçu.

De acordo com o Art. 2º da resolução (Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, 2024), embora não haja restrições absolutas às construções no entorno, a resolução recomenda a atenção a quaisquer intervenções que comprometam a visibilidade dos demais marcos fronteiriços e da foz do Rio Iguaçu. Ainda que o ato de tombamento tenha se limitado formalmente ao obelisco, observa-se, em algum nível, uma preocupação com a paisagem que o cerca. Reconhece que esse monumento não possui relevância enquanto objeto isolado, mas como parte de um conjunto territorial mais amplo, cuja visibilidade, composição e simbolismo são fundantes de seu valor histórico, cultural e político.

Ademais, é necessário extrapolar a centralidade conferida ao elemento físico do obelisco, entendendo que o patrimônio não se limita à sua materialidade. Como bem colocado por Chuva, “a divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente enganosa, posto que qualquer intervenção de materialidade de um bem cultural provocara modificações na sua imaterialidade” (2012, 162). Dessa forma, a autora sugere a necessidade da formulação de novos paradigmas para o campo patrimonial, indicando que os valores atribuídos aos bens culturais são construções sociais, e, portanto, não são permanentes nem intrínsecos aos objetos, o que implica diretamente na necessidade de reconhecer que diferentes sujeitos — constituídos e constituintes desses bens — devem ser considerados e confrontados em espaços democráticos de debate, como parte do processo de patrimonialização.

Nessa perspectiva, a valorização do obelisco como patrimônio municipal não pode estar dissociada dos modos de vida, das memórias e das experiências coletivas que historicamente deram sentido àquele espaço. Como questiona Chuva, “se esta população for expulsa do sítio tombado, cabe perguntar o que exatamente se pretendia preservar naquele amontoado de pedra e cal” (Chuva, 2012, 163). Preservar, portanto, deve significar também garantir a permanência e o reconhecimento das relações sociais que fazem daquele lugar um território com sentido, e não apenas um cenário a ser contemplado ou ainda, consumido.

A articulação entre o direito à cidade e o debate sobre patrimônio fortalece a

luta pelo reconhecimento de que os espaços públicos urbanos são (re)construídos e (re)significados por quem os vive cotidianamente. Nesses termos, não se trata de rejeitar o turismo — reconhecidamente uma importante fonte de renda para a cidade —, mas de exigir que esse setor atue de forma mais consciente sobre quem pertence à cidade e quais histórias ela carrega. Isso significa garantir que as populações historicamente vinculadas a esses espaços tenham sua presença reconhecida, seus direitos respeitados e sua participação assegurada nas decisões que moldam o território. Afinal, mais do que cenário para consumo, o espaço urbano é lugar de vida, memória e luta coletiva.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste trabalho permitiram compreender como a reconfiguração do espaço do Marco das Três Fronteiras, especialmente após sua concessão à iniciativa privada, resultou em um processo de mercantilização que subordina práticas sociais e memórias locais a uma lógica de consumo turístico. Identificou-se que a transformação do local em parque temático alterou profundamente sua acessibilidade, seu uso cotidiano e sua simbologia, promovendo uma ambientação voltada ao espetáculo e à experiência consumível. Esta subversão do direito à cidade como direito à memória, à permanência e à produção coletiva do espaço se dá a partir da inversão da lógica do uso público dos espaços: a concessão privada transforma o fruir do espaço público em um mecanismo de obtenção de mais-valia.

Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento de um debate historiográfico próprio da Tríplice Fronteira, a partir das seguintes discussões abarcadas:

1) A mercantilização do espaço da tríplice fronteira e sua estruturação em um parque temático são elementos que indicam a renúncia do direito à construção daquele espaço como um espaço coletivo, que cumpra uma função social e integre sua população, garantindo a esta, um espaço que reflita e atenda suas necessidades e desejos.

2) A transformação, feita pela prefeitura, de um espaço público em uma concessão público privada, priva o fruir do espaço e reforma a lógica de constituição deste espaço.

3) A constituição de um processo histórico que reduz a demarcação da tríplice fronteira a uma resolução pacífica. O trabalho historiográfico desta produção indica que o processo de demarcação envolveu diversos conflitos, ainda que se findou em acordo supostamente pacífico, deve-se considerar que tal acordo parte de um processo de demarcação de terras entre estados nacionais constituídos em território indígena e, em vista disso, dificilmente constitui-se como de fato pacífico. Assim, o trabalho torna o acordo parte do processo, ao invés de o tratar como mero produto — o que indica a necessidade de uma revisão dos conceitos estabelecidos na literatura sobre o marco.

4) O trabalho reafirma a constituição dos espaços como, ao mesmo tempo, processo e produto da sua materialidade. Indica-se isto pela a) qualidade do espaço como relevante a partir da sua constituição natural; b) das disputas que marcaram, profundamente, as demarcações do território - desde as disputas entre Portugal e Espanha, até as disputas entre Brasil e Argentina; c) dos momentos de esquecimento do espaço no início do século XX e do

florescer do espaço a partir da atividade humana com a família Farias; d) da transformação do espaço em concessão público privada que preza pelas estruturas econômicas ao invés do direto à cidade.

Contudo, o trabalho apresenta limites. Embora se baseie em autores que questionam paradigmas tradicionais, há a necessidade de aprofundar referências teóricas mais enraizadas no Sul Global. A inclusão de epistemologias indígenas, fronteiriças e decoloniais pode contribuir para tensionar ainda mais as formas hegemônicas de produção do conhecimento sobre os espaços urbanos e seus usos. Da mesma forma, a ausência de entrevistas com a família Farias, moradores da cidade, visitantes e trabalhadores e gestores do parque limita a compreensão mais aprofundada sobre os impactos da transformação do espaço na vida cotidiana da população local.

Em síntese, considera-se que o Marco das Três Fronteiras condensa, em sua materialidade e funcionamento, as tensões próprias da cidade fronteiriça: o desejo de afirmar-se no circuito global do turismo e, ao mesmo tempo, os conflitos de pertencimento, memória e uso que marcam a vida cotidiana de seus habitantes.

## REFERÊNCIAS

- BOGLER, Paulo. Marco das Três Fronteiras, história entrelaçada com a de Foz do Iguaçu. **H2FOZ**, Foz do Iguaçu, 31 de mar. 2025. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/turismo/passeios/marco-tres-fronteiras-historia-entrelacada-foz-do-iguacu/>. Acesso em: 7 de jun. 2025.
- CAPILÉ, Bruno; VERGARA, Moema de Rezende. Astronomia e território: a Comissão Demarcadora de Limites entre Brasil e Argentina. In: **História da Astronomia no Brasil**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2014. V. 1, cap. 7, p. 249-268.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista do patrimônio histórico e artístico nacional**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. N° 34, p. 147-165.
- COM APOIO do Fundo Iguaçu, Prefeitura lança edital de concessão do Marco das Três Fronteiras. Revista ACIFI. s.l. 19 de mai. 2015. Disponível em: <http://www.revistaacifi.com.br/edicao-6/com-apoio-do-fundo-iguacu-prefeitura-lanca-edital-d-e-concessao-do-marco-das-tres-fronteiras/>. Acesso em: 26 de mar. 2025.
- CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL. Resolução nº 007/2024, de 20 de maio de 2024. Delibera o deferimento do tombamento do Obelisco do Marco das Três Fronteiras como patrimônio cultural municipal e sua inscrição no Livro de Tombo de Bens Imóveis. **Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu**, Foz do Iguaçu, ano XXV, n. 4.956, p. 113-114, 21 maio 2024.
- GALANTE, Ana Vitoria Pereira. “Destino do mundo”: a internacionalização do turismo de Foz do Iguaçu no contexto da pandemia de Covid 19. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 485–499.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª edição. São Paulo, SP: Centauro, 2001.
- LIMA, Jackson. O Marco das Três Fronteiras, Brasil: por que não interessa ao Governo?. **Blog de Foz**, [blog pessoal], Foz do Iguaçu, 21 de abr. 2010. Disponível em: [https://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post\\_7021.html](https://blogdefoz.blogspot.com/2010/04/blog-post_7021.html). Acesso em: 7 de jun. 2025.
- LOUVAIN, Pedro. O Marco das Três Fronteiras: símbolo da integração latino-americana e de resolução pacífica dos litígios internacionais. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA (ANPUH-SC): MEMÓRIA, PATRIMÔNIO, DEMOCRACIA, XVII, 2018, Joinville. **Anais [...]**. Joinville: UNIVILLE, 2018. p. 788-801.
- LOUVAIN, Pedro; GARCIA, Paulo Eduardo. Campanha pelo tombamento do Marco das Três Fronteiras como patrimônio cultural municipal. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA REGIÃO SUL (SEURS), 37., 2019. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197387/browse?rpp=20&sort\\_by=1&type=title&offset=8&etal=-1&order=ASC](https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/197387/browse?rpp=20&sort_by=1&type=title&offset=8&etal=-1&order=ASC). Acesso em: 22 jun. 2025.

O Tratado de Madri. **Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**, 25 jun. 2018.

Disponível em:

[http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4215:o-tratado-de-madri&catid=191&Itemid=215](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4215:o-tratado-de-madri&catid=191&Itemid=215). Acesso em: 22 maio 2025.

PRESERVAÇÃO da história: Foz já possui nove bens aprovados para tombamento. **Gdia**, s.l. 23 de jan. 2025. Disponível em:

<<https://gdia.com.br/cotidiano/preservacao-da-historia-foz-ja-possui-nove-bens-aprovados-para-tombamento/>>. Acesso em: 27 de mar. 2025.

RADIN, J.C., and CORAZZA, G. Questão de Palmas. In: **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 135-137. ISBN: 978-85-64905-65-8.

<https://doi.org/10.7476/9788564905658.0033>.

REVITALIZAÇÃO de marco sinaliza um novo ciclo de integração e crescimento da tríplice Fronteira. **G1**, s.l. 21 de nov. 2015. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/especial-publicitario/prefeitura-de-foz-do-iguacu/noticia/2015/11/revitalizacao-de-marco-sinaliza-um-novo-ciclo-de-integracao-e-crescimento-da-triplice-fronteira.html>. Acesso em: 26 de mar. 2025.

SOUZA, Aparecida Darc de. **Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)**. 2009. Tese de Doutorado.

Universidade de São Paulo.